



Senado aprova nova rodada de repatriação de recursos em 2017

De acordo com proposta, brasileiros terão 4 meses para regularizar situação de bens no exterior. Parte da arrecadação vai para estados e municípios

O Plenário do Senado aprovou ontem o projeto que abre uma nova oportunidade para que brasileiros regularizem a situação de recursos mantidos no exterior irregularmente. Para tal, eles terão que pagar uma multa e Imposto de Renda.

A rodada de repatriação aberta neste ano pelo governo rendeu cerca de R\$ 47 bilhões aos cofres públicos. A proposta aprovada, que agora vai para a Câmara, não permite que parentes de políticos se beneficiem do programa de regularização. **4**



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Projeto aprovado cria cláusula de barreira e elimina coligações partidárias

Vai para Câmara PEC que reduz número de partidos políticos

O Plenário aprovou ontem a PEC da reforma política, que segue agora para a Câmara dos Deputados. A proposta acaba com as coligações partidárias para vereadores e deputados e cria cláusula de barreira para partidos políticos.

As coligações partidárias serão extintas a partir das eleições de 2020. As restri-

ções previstas na cláusula de barreira serão aplicadas já em 2018. Partidos que não alcançarem número mínimo de votos para a Câmara dos Deputados não terão direito ao Fundo Partidário e tempo de rádio e TV.

A PEC trata ainda da fidelidade partidária. O político que deixar o partido que o elegeu pode perder o mandato. **5**

Verbas de acordo de leniência podem ir para a saúde **7**

Debate questiona MP que repõe ICMS dos estados **4**

Casa premia hoje defensores da cultura negra **2**

Senadores apresentam relatórios divergentes na CPI do Futebol

Em reunião da comissão parlamentar de inquérito que investiga irregularidades na Confederação Brasileira de Futebol, foi concedida vista

coletiva do relatório de Romero Jucá e do voto em separado de Romário e Randolfe Rodrigues, que pede o indiciamento de dirigentes da entidade. **8**



Marcos Oliveira/Agência Senado

Romário incluiu indiciamento de empresários; primeiro relatório é de Jucá

É preciso buscar consenso sobre terceirização, afirma Renan

O presidente do Senado, Renan Calheiros, disse ontem ao senador Paulo Paim e a sindicalistas que é preciso buscar consenso sobre a terceirização.

Eles pediram a Renan que interceda para que o projeto da regulamentação do trabalho terceirizado no setor privado não seja votado na Câmara. **8**



Jane de Araújo/Agência Senado

Renan recebe representantes das centrais sindicais contra a terceirização



Massao Uejima/CBN-SP

Acidente em São Paulo: projeto quer inibir embriaguez ao volante

Vai a Plenário texto que eleva punição de motorista bêbado

A Comissão de Constituição e Justiça aprovou ontem projeto da Câmara que altera o Código de Trânsito Brasileiro para endurecer a punição de quem comete crimes ao dirigir, especialmente sob efeito de álcool ou outra substância entorpecente. A proposta cria o tipo penal qualificado de "lesão corporal culposa na direção de

veículo automotor".

O texto, que agora será submetido ao Plenário em regime de urgência, recebeu parecer favorável de Aloysio Nunes e duas emendas de Antonio Anastasia. Uma delas aumenta de quatro para cinco anos a pena mínima de reclusão para quem praticar homicídio culposo ao dirigir alcoolizado ou drogado. **7**

Concluída votação da Lei das Agências Reguladoras

A Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional aprovou ontem o projeto que unifica as regras de gestão, poder e controle social das agências reguladoras. O texto busca dar mais eficiência a esses órgãos.

Se não houver recurso para ser levado ao Plenário, o projeto seguirá direto para análise da Câmara dos Deputados. **6**

Sessão temática discute abuso de autoridade

Projeto que atualiza a Lei de Abuso de Autoridade, em tramitação no Senado, foi discutido ontem em sessão temática no Plenário com integrantes da Defensoria Pública, da Ordem dos Advogados do Brasil e do Ministério Público.

A legislação hoje em vigor é de 1965. O texto que está sendo discutido foi elaborado em 2009 por comissão especial. **3**

Avança projeto que obriga legenda no horário eleitoral **7**

Atualizada agenda de votações até o fim do ano **4**

Senadores vão analisar 1,6 mil obras paradas **6**

Pedro Franco/Agência Senado



Regina Sousa (C) coordena debate sobre importância para a sociedade do cuidado integral de crianças de até 6 anos

Cuidado na infância gera ganho social, aponta debate

Especialistas explicaram em audiência que atenção adequada a crianças de até 6 anos de idade é investimento para a sociedade. Desenvolvimento delas é beneficiado, disseram, por apoio da família

INVESTIR NO CUIDADO integral à primeira infância para gerar benefícios sociais. Essa foi uma das principais recomendações feitas por especialistas ontem durante audiência pública conjunta das Comissões de Educação e Cultura (CE) e de Assuntos Sociais (CAS).

Os debatedores explicaram que, na primeira infância, as sensações dos bebês e das crianças pelo olhar, cheiro e toque os ajudam a ganhar estabilidade emocional e a crescer com saúde.

É também nessa fase, disseram, que a coordenação motora e as conexões cerebrais se intensificam no processo de

aprendizado. Por isso, destacaram, é importante o apoio da família.

Direitos

O especialista em educação infantil Vital Didonet, que falou sobre a cultura do cuidado integral, disse que está preocupado com os cortes orçamentários do governo. Ele fez um apelo para que não se reduzam as verbas dos programas sociais para atendimento da primeira infância.

— Agente tem que preservar, pelo menos, a infância, se nós queremos ter um país sadio, se queremos ter uma sociedade equilibrada, se queremos ter justiça social e equidade.

A senadora Fátima Bezerra (PT-RN), que presidiu a audiência pública, foi relatora do Marco Legal da Primeira Infância, lei sancionada em março.

Um dos direitos garantidos na legislação foi o aumento da licença-paternidade de 5 para 20 dias, por meio do Programa Empresa Cidadã.

— Essa fase é essencial para a formação do ser humano em toda a sua plenitude. O Marco Legal da Primeira Infância vai contribuir para que observemos com um novo olhar o desenvolvimento de nossos meninos e meninas de até 6 anos de idade — explicou a senadora.

Congresso deve normatizar adoção por família homoafetiva, diz Lídice

O Congresso e o Judiciário devem unir esforços para dar fundamentação legal à adoção de crianças por famílias homoafetivas, disse a senadora Lídice da Mata (PSB-BA). Ela participou ontem dos debates da 9ª Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz, no Senado. A programação do evento vai até hoje.

Lídice destacou o projeto de lei que cria o Estatuto das Famílias (PLS 470/2013), apresentado por ela, e pediu o reconhecimento das relações homoafetivas.

— Não sou juíza nem advogada, mas participo de um esforço de debates sobre um novo modelo de família no Brasil, um projeto de famílias no plural — disse a senadora.

Ela ressaltou que, no atual cenário em que se discutem questões de gênero, em que

a virgindade não é mais um valor social e no qual o casamento deixou de ser “o reduto único” para os relacionamentos afetivos e sexuais, o foco principal das relações familiares passou a ser a afetividade.

— O reconhecimento do afeto como referência jurídica está expresso em inúmeras decisões judiciais. Quanto ao argumento contrário a casais homoafetivos, da existência de relações promíscuas e de possíveis sequelas de ordem psicológica à criança, estudos não indicam haver sequer dano potencial ao seu desenvolvimento — afirmou.

Para ela, é preciso eliminar a demora jurídica para que crianças não sejam relegadas ao desamparo emocional, atendendo os princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Senado homenageia defensores da cultura afro-brasileira

Personalidades que se destacaram na proteção e promoção da cultura afro-brasileira serão reverenciadas pelo Senado amanhã, quando será entregue a Comenda Abdias Nascimento, em sessão especial no Plenário, às 11h. A comenda foi instituída em celebração do Dia Nacional da Consciência Negra (20 de novembro).

Serão quatro os agraciados em 2016: o Instituto de Mulheres Negras de Mato Grosso (Imune), o cantor Lazzo Matumbi, a atriz Zezé Motta e o percussionista Naná Vasconcelos (in memoriam). O conselho da comenda é presidido por Paulo Paim (PT-RS).

Abdias Nascimento foi senador, deputado federal, jornalista e militante do movimento negro. Ele liderou projetos pioneiros na luta pela igualdade racial, como o Teatro Experimental do Negro.

Qualidade de vida das novas gerações vai ser tema de evento

Discutir o futuro das novas gerações e de que forma o Senado vai contribuir para melhorar a qualidade de vida da população é o objetivo do primeiro Congresso do Futuro. O evento, da Comissão Senado do Futuro, ocorrerá em 8 e 9 de dezembro, no Auditório Petrônio Portella.

Haverá debates sobre desenvolvimento sustentável na América Latina, segurança

alimentar, políticas públicas para a saúde e o futuro da comunicação social e da democracia no mundo digital.

O presidente do colegiado, Wellington Fagundes (PR-MT), anunciou que em 6 de dezembro será lançado o relatório com a avaliação da política pública sobre a tecnologia da informação e o processo legislativo do futuro, aprovado ontem.

Adiada votação de PEC que torna vaquejada patrimônio cultural

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) adiou para quarta-feira a votação da PEC 50/2016, que transforma a vaquejada em patrimônio cultural. Na terça-feira, a CCJ fará audiência para subsidiar a votação da proposta.

Também foi adiada a vo-

tação de outros três textos: o substitutivo à PEC 10/2013, sobre foro privilegiado; o substitutivo à PEC 62/2015, sobre vinculação entre salários de agentes públicos; e a PEC 57/2016, sobre burocracia fiscal e tributária em pequenos municípios.

Nota da Presidência do Senado

A Presidência do Senado divulgou ontem a seguinte nota pública sobre a informação de que o STF marcou para 1º de dezembro o julgamento de denúncia da Procuradoria-Geral da República contra o senador Renan Calheiros:

O senador Renan Calheiros (PMDB-AL) pediu oficialmente essa investigação ao Ministério Público no ano de 2007 e é o maior interessado nesse julgamento. A defesa do senador esclarece ainda que o Ministério Público não o denunciou por, supostamente, ter contas pessoais pagas por uma empresa. Essa acusação, que perdurou por dez anos, nem sequer consta da denúncia. O senador está tranquilo e, como sempre, confiante na Justiça brasileira, sublinhando que, neste episódio, responde — ao mesmo tempo — por ter recursos para fazer face à despesa mencionada e por não dispor dos recursos. Em um inquérito o senador responde por não ter os recursos. Em outro, por dispor dos meios financeiros antes inexistentes.

Assessoria de Imprensa
Presidência do Senado Federal

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



CRA Contrabando de agrotóxico

8h Debate sobre os impactos do contrabando de agrotóxicos.

MP 744/2016 EBC

9h Audiência para debater a MP 744/2016, que trata da reestruturação da Empresa Brasil de Comunicação (EBC).

INSTITUCIONAL Primeira infância

9h Último dia da 9ª Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz.

LEI DO DESPORTO Relatório final

9h30 Apresentação do relatório final da comissão de juristas que elaborou anteprojeto da Lei Geral do Desporto Brasileiro.

CMO Créditos especiais

9h30 Continuação da reunião da Comissão Mista de Orçamento para analisar projetos de créditos especiais.

PRESIDÊNCIA Ministro da Fazenda

10h30 Recebe o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles. Às 11h, sessão especial do Dia Nacional da Consciência Negra. Às 12h30, recebe o ministro da Defesa, Raul Jungmann. Às 14h, preside ordem do dia.

CAE Direitos creditórios

10h Audiência interativa sobre a cessão de direitos creditórios originados de créditos tributários e não tributários dos estados.

CRE Ministro da Defesa

10h Debate com Raul Jungmann, para apresentar as diretrizes da pasta.

PLENÁRIO Sessão especial

11h Sessão especial destinada a comemorar o Dia Nacional da Consciência Negra e a entrega da terceira edição da Comenda Senador Abdias Nascimento. Às 14h, votação da reforma do Código Tributário Nacional.

CI Energias alternativas

14h A Comissão de Infraestrutura faz audiência sobre políticas públicas para adoção de energias alternativas e renováveis no Brasil.

MP 746/2016 Ensino médio

14h30 Audiência interativa para debater a MP 746/2016, que reforma o ensino médio.

CAE/CAESTN Sistema tributário

19h Audiência conjunta sobre a progressividade do sistema tributário nacional.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

Senado abre debate sobre abuso de autoridade

Projeto em tramitação na Casa foi discutido ontem em sessão temática com integrantes da Defensoria Pública, da OAB e do Ministério Público

REPRESENTANTES DA PROCURADORIA-GERAL da República, da Defensoria Pública e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) participaram ontem de sessão temática no Senado para debater o projeto que atualiza a Lei de Abuso de Autoridade (Lei 4.898/1965).

O PLS 280/2016 é de autoria de Renan Calheiros (PMDB-AL), presidente do Senado. Ele disse que atualizar a legislação “significa colaborar para o aperfeiçoamento do país”.

O defensor público-geral federal, Carlos Eduardo Barbosa Paz, concordou com necessidade de atualização da lei. O representante da OAB, José Alberto Simonetti Cabral,



Renan (C) e Requião (2º à dir.), relator do projeto, comandam sessão temática com Cabral, Luiza Cristina e Paz: outra reunião de debates deve ocorrer no dia 1º

destacou aspectos positivos do projeto, como a proibição de constrangimentos.

A subprocuradora-geral da República Luiza Cristina Frischeisen sugeriu que o Senado harmonize a proposta com leis existentes, como o Código Penal. Ela lembrou que a Casa já estuda um projeto de atualização do Código Penal que inclui o crime de abuso de autoridade.

O relator da proposta, Rober-

to Requião (PMDB-PR), elogiou as falas dos participantes e disse esperar que se sintam correlatores do projeto.

Após apontar “convergências enormes”, ele afirmou que a sessão temática serviu para acabar com a “demonização” da iniciativa do Senado.

— Muitos perguntam: por que agora o projeto? Eu pergunto: por que não alguns anos antes, uma vez que está há nove anos no Senado? É oportuno.

Requião prometeu incluir no relatório final o Tribunal de Contas, “que parece que foi esquecido e que merece também uma observação e uma penalização dura quanto aos seus excessos e abusos”.

O senador Jader Barbalho (PMDB-PA) pediu todo o cuidado para evitar fatos como o ocorrido na Escola Base, em São Paulo, em 1994, após seus donos serem acusados — sem provas — de terem cometido

abuso sexual contra alunos.

— Uma das coisas que me preocupam é o sujeito ser massacrado, ter dilapidada a sua imagem, destruída a sua família e depois a Justiça dizer que [a denúncia] é improcedente, não estava bem fundamentada.

Antes da votação, prevista para 6 de dezembro, o Senado fará mais uma sessão temática, com o ministro Gilmar Mendes e o juiz Sérgio Moro. A sessão deve ocorrer no dia 1º.

Subprocuradora da República defende harmonização das normas

Para a subprocuradora-geral da República Luiza Cristina Frischeisen, o projeto sobre abuso de autoridade deveria ser harmonizado com leis já existentes. Ela citou crimes já previstos no Código Penal e em outras leis, como a denunciação caluniosa e a interceptação telefônica sem autorização, alguns com penas até maiores que as previstas no projeto. Alguns abusos poderão ser enfrentados com a audiência de custódia:

— É importante harmonizar, levar em consideração a audiência de custódia e todo o sistema de punição e de penas que já existem — defendeu.

Lasier Martins (PDT-RS) perguntou se o artigo 30 do projeto — que prevê reclusão para quem der início a “persecução penal, civil ou administrativa” sem causa fundamentada — não ameaça a liberdade de atuação do Ministério Público. Luiza respondeu que o projeto é “muito aberto” se comparado ao Código Penal, que prevê pena para denunciação caluniosa. O código restringe a tipificação do crime a casos em que o denunciante sabe da inocência do acusado.

O relator, Roberto Requião, disse que colocará a ressalva de que “há justa causa [para abrir processo] quando existir lastro probatório mínimo e firme indicativo da autoria e da materialidade da infração penal”.

Proposta combate desmandos do mau agente público, diz advogado

O projeto que atualiza a Lei de Abuso de Autoridade foi elogiado por José Alberto Simonetti Cabral, conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Para ele, a proposta segue os conceitos de direitos fundamentais previstos na Constituição e reforça princípios democráticos, ajudando a combater “desmandos da minoria de maus agentes públicos”.

— Trata-se de uma norma que visa corrigir a visão deturpada de que os cidadãos servem e devem temer o Estado. O Estado e o governo existem, em um espírito democrático, em razão do povo.

Apesar de observar que a OAB ainda não emitiu posição sobre o projeto, Cabral disse que a entidade apoia “toda reforma na legislação que venha a tolher o abuso de autoridades”.

— É um passo importante na construção de uma sociedade cada vez mais livre, na qual as normas são cumpridas pelo respeito às autoridades por seu trabalho honesto e digno, e não por medo de sofrer injustiças.

Ele elogiou a atualidade do texto e destacou aspectos que considera positivos no projeto, como a proibição de constrangimentos, de uso indevido de algemas e de cerceamento do acesso dos advogados aos autos.

Para defensor público, legislação é anacrônica e precisa ser atualizada

A Lei do Abuso de Autoridade “tem uma feição anacrônica a uma realidade que está posta” e merece atualização das Casas legislativas, avaliou Carlos Eduardo Barbosa Paz, defensor público-geral da União. Entre outras sugestões, ele apontou a necessidade de modernização da norma para escuta telefônica e quebra de sigilo. A lei em vigor, disse, foi elaborada quando ainda não se vislumbravam tecnologias hoje disponíveis para captação de áudio e de vídeo.

— Estamos num outro cenário tecnológico. Esse tipo de captação e o uso desse tipo de prova em processos penais precisa ter um olhar mais atualizado.

Paz destacou a relação direta da Defensoria com as vítimas de atitudes abusivas dos agentes públicos. Citando casos de abuso de autoridade nas cadeias, nos atos de flagrante delito e em prisões provisórias, ele criticou a violência policial no país, que tem principal impacto sobre a população mais pobre, em especial os negros. Também lamentou que os mutirões carcerários não gerem medidas capazes de evitar o abuso de autoridade nas prisões.

— Queremos uma lei atualizada [...] para que seja punida a autoridade, de qualquer nível, de qualquer esfera, que mantiver alguém preso por mais tempo.

Renan: projeto busca garantir que direitos dos cidadãos sejam respeitados

O país precisa de uma nova Lei de Abuso de Autoridade para garantir que os direitos de todos os cidadãos brasileiros sejam respeitados, afirmou o presidente do Senado, Renan Calheiros, na abertura da sessão temática de ontem. Ele lembrou que a legislação em vigor é de 1965, quando vigorava o regime militar.

— Trata-se de uma chaga incompatível com o regime democrático de proteção às liberdades civis. Nenhum agente do Estado, de nenhum Poder, está autorizado a usar suas atribuições legais para ofender, humilhar, agredir quem quer que seja — disse.

Segundo Renan, discutir

a atualização da lei significa colaborar para o aperfeiçoamento do país, encontrando “saídas e modelos para enfrentar esse tipo de ataque à democracia”.

— Não há poder sem limites. A diferença é que na ditadura limitam-se os direitos em detrimento do cidadão, enquanto na democracia as liberdades civis são respeitadas e os freios dirigem-se ao poder estatal para proteger o indivíduo.

O senador enumerou casos em que cidadãos tiveram direitos desrespeitados pelo abuso de autoridade. Entre eles, a gravação, em 1997, de policiais militares extorquindo

dinheiro, espancando e executando moradores da Favela Naval, em Diadema (SP).

Renan assinalou que o PLS 280/2016 teve origem no 2º Pacto Republicano por um Sistema de Justiça mais Acessível, Ágil e Efetivo, firmado em 2009 entre os chefes dos três Poderes. Na ocasião, o texto foi elaborado por comissão especial integrada, entre outros, pelo ministro Teori Zavascki e pelo ex-secretário da Receita Everardo Maciel.

— Inspirado na Constituição, o projeto pune, entre outras condutas, a prisão ilegalmente determinada, a colocação de presos de ambos os sexos na mesma cela

ou crianças e adolescentes junto com maiores de idade, a realização de interceptações telefônicas ou escutas sem autorização judicial, a prática de violência moral ou física contra a pessoa — reforçou.

De acordo com o presidente do Senado, o tema é tão importante que mereceu, em 1985, uma resolução da Assembleia Geral da Nações Unidas, a Declaração dos Direitos da Vítimas. Países como Argentina, Alemanha, Estados Unidos, Portugal, Espanha, Itália e França já têm leis que punem excessos de poder dos agentes de Estado, afirmou.

(Da Assessoria de Imprensa da Presidência do Senado)

Jorge Viana avalia que lei já está defasada e pede modernização

Para Jorge Viana (PT do AC), é necessária atualização a Lei de Abuso de Autoridade, que tem mais de 50 anos e estaria defasada. O país está unido, disse, contra quem faz mau uso da autoridade.

— Eu estranho alguém se posicionar contra uma lei que tenta pôr fim a qualquer abuso de autoridade, porque quem fica contra uma lei dessas está defendendo o abuso de autoridade. Simples assim — disse.

Ele também destacou o esforço da Infraero para concluir o aeroporto de Rio Branco.



Gerardo Magalhães/Agência Senado

Senado aprova novo prazo para repatriação de recursos do exterior

Proposta, que vai para a Câmara, não permite que parentes de políticos se beneficiem do programa de regularização de bens mantidos fora do país

O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem substitutivo de Romero Jucá (PMDB-RR) ao projeto que reabre prazo para adesão ao regime especial de repatriação de recursos do exterior. De autoria da Comissão Diretora do Senado, o PLS 405/2016 segue para a análise da Câmara dos Deputados.

De acordo com o texto aprovado, o prazo para adesão ao Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária será reaberto em 2017 por 120 dias, contados do 30º dia a partir da publicação da norma. A alíquota do Imposto de Renda sobe dos atuais 15% para 17,5%. Como a multa corresponde a 100% do valor do imposto devido, o percentual total a ser pago pelo declarante que aderir ao programa durante o novo prazo será de 35%. Do valor arrecadado com a multa, o governo vai repassar 46% aos estados e aos municípios.

O substitutivo também permitia que parentes de políticos pudessem repatriar dinheiro, mas devido ao protesto de diversos senadores no Plenário, Jucá acabou aceitando acordo para retirar o dispositivo.

O relator na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), José Maranhão (PMDB-PB), ressaltou que o regime especial de regularização se revelou um instrumento bem-sucedido, que recuperou aos cofres públicos perto de R\$ 50 bilhões.

Por meio do regime especial (Lei 13.254/2016), o contribuinte pode regularizar recursos, bens ou direitos de origem lícita, não declarados ou declarados incorretamente, remetidos, mantidos no exterior ou repatriados por residentes ou domiciliados no país. O projeto atinge a decla-



Senadores participam da votação do projeto de repatriação: programa de regularização ficará aberto por 4 meses em 2017

ração da situação patrimonial até 30 de junho de 2016 — a legislação atual previa até 31 de dezembro de 2014.

Ao defender o projeto em Plenário, no início deste mês, o presidente do Senado, Renan Calheiros, disse que a proposta busca ajudar a resolver o problema fiscal em 2017, como ocorreu parcialmente em 2016. Jucá estimou que a arrecadação com o novo projeto ficará entre R\$ 20 bilhões e R\$ 30 bilhões.

Parentes

Humberto Costa (PT-PE), Simone Tebet (PMDB-MS), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Randolfe Rodrigues (Rede-AP) e Lindbergh Farias (PT-RJ) foram alguns dos senadores que se posicionaram contra a possibilidade de os parentes de políticos legalizarem os ativos mantidos fora do Brasil.

Humberto, que pediu destaque para retirar o trecho, disse que a mudança seria um erro, já que não há possibilidade efetiva de comprovação de origem lícita do dinheiro. Segundo ele, as investigações feitas pelo país afora têm demonstrado, constantemente, a utilização de parentes como laranjas.

Para Lindbergh, é óbvio que o dispositivo que permite a repatriação para parentes de

políticos está endereçado a alguém e foi fruto da pressão de setores interessados:

— Alguém aqui acredita que isso veio do nada? É claro que veio de algum setor pressionando. Está na cara! Estamos querendo livrar alguém.

Jucá destacou que a repatriação foi feita nos principais países e, na campanha americana, fazia parte das propostas de governo de Hillary Clinton e de Donald Trump. Segundo ele, há um acordo mundial de regularização buscando transparência e o fim de paraísos fiscais. Para Jucá, a proposta é importante e não teve intenção de beneficiar nenhum político.

— Na proposta enviada pelo governo, a repatriação não brechava a condição de ninguém, todos poderiam fazer. Por quê? Porque a Constituição brasileira diz que todo brasileiro é igual perante a lei. Então, a proposta do governo era: todos podem repatriar.

Maranhão também ponderou que fez seu relatório com a consciência cidadã de estar fazendo o melhor para o Brasil da forma mais “transparente, honesta e clara”. Apesar de argumentarem que a emenda não beneficiaria ninguém, os senadores acabaram concordando em retirar do projeto o

trecho que permitia a parentes de políticos repatriar dinheiro.

Randolfe criticou as mudanças feitas no projeto. De acordo com o senador, uma proposta de repatriação apresentada por ele no ano passado era mais rigorosa e trazia a ressalva necessária para que os recursos repatriados tivessem origem lícita.

— O texto não escancarava as portas como este atual projeto escancara — criticou.

Ao justificar seu voto contrário à proposta, Reguffe (sem partido-DF) destacou que nada que garante que a origem do dinheiro a ser legalizado não é criminosa. Telmário Mota (PDT-RR) disse que o substitutivo contaminou “de forma cruel” o projeto e é uma afronta à dignidade do povo brasileiro.

Para Roberto Requião (PMDB-PR), a alta taxa de juros do Brasil faz com que seja vantajoso legalizar dinheiro sonogado com a brecha aberta pelo projeto.

Simone afirmou que o projeto não é o ideal, mas que prefere votar favoravelmente à proposta a ter que votar, no futuro, pelo retorno da Contribuição Provisória sobre Movimentações Financeiras (CPMF) ou pelo aumento dos impostos.

Senadores ajustam calendário de votação das próximas semanas

O presidente do Senado, Renan Calheiros, atualizou ontem o calendário de votações até o fim do ano.

Hoje deve ser analisada a reforma do Código Tributário Nacional (PLS 406/2016).

Na terça, deve ser votada em primeiro turno a PEC do Teto de Gastos — que passou ontem pela quinta e última sessão de discussão no Plenário. Ainda na terça, deverão ser votadas a securitização da dívida (PLS 204/2016) e a renegociação das dívidas dos estados (PLC 54/2016).

Para a quarta, estão marcadas as votações em primeiro turno de três PECs, como a 113A/2016, que acaba com a reeleição.

Humberto critica governo Temer e teto de gastos públicos

Para Humberto Costa (PT-PE), o governo Temer representa a “vanguarda do atraso” por retrocessos nas conquistas sociais recentes.

O senador também criticou a PEC do Teto de Gastos. Ele chamou a proposta de “draconiana” e pediu mais debates sobre a PEC.



Roque de Sá/Agência Senado

Aníbal afirma que é urgente limitar dispêndios do governo

José Aníbal (PSDB-SP) defendeu a PEC que fixa um teto para os gastos públicos, considerando-a essencial para que o governo organize suas contas. Ele classificou os governos Lula e Dilma de “13 anos de desastre” e acusou a oposição de “mentir sobre os números do rombo nas contas públicas”.



Gerardo Magela/Agência Senado

Debate questiona compensação de perdas com ICMS

A medida provisória que libera R\$ 1,95 bilhão aos estados e municípios para repor perdas de estados e municípios com créditos do ICMS foi tema de audiência pública na comissão mista encarregada de analisar a proposta (MP 749/2016).

O representante da Secretaria da Fazenda de Mato Grosso, Vinícius José Simioni Silva, comemorou o repasse, mas disse que o valor não é suficiente para o ressarcimento ao estado.

A MP foi editada para ajudar governadores e prefeitos a contornar a crise financeira.

Em setembro, os governadores haviam pedido auxílio federal para pagamento dos valores do Fundo de Apoio à Exportação (FEX), pago como compensação pelas perdas com a desoneração de produtos exportados. A MP estabelece que a quantia deve ser paga em parcela única até o último dia deste ano.

O auxílio é prestado anualmente em decorrência da Lei Kandir, que isentou de ICMS as exportações de produtos não industrializados. Como o ICMS é administrado pelos estados e tem 25% da arrecadação

partilhada com os municípios, o governo federal compromete-se a repor as perdas todos os anos. Os estados mais impactados pela Lei Kandir são os grandes exportadores de produtos agropecuários, como Mato Grosso, Goiás e Paraná.

Para Simioni, os percentuais e as formas de distribuição não atendem as necessidades dos estados. Ele criticou a falta de atualização monetária e apontou que o sistema iniciou com compensação de 92% e hoje cobre apenas 9% de perdas.

Simone Tebet (PMDB-MS)

também fez críticas ao sistema.

— Há injustiça nessa compensação, pois faz com que os estados paguem pela falta de um grande pacto federativo.

Ernesto Preciado, da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, defendeu o auxílio e disse que, com esse repasse, o governo corrige atrasos nas transferências:

— Em 2013 não transferimos os recursos do FEX e, desde então, eles estavam sendo transferidos no ano seguinte. Com o pagamento em 2016, voltamos à normalidade.

Para Medeiros, oposição é incoerente ao atacar ajuste fiscal

José Medeiros (PSD-MT) lamentou que o debate sobre as propostas de ajuste da economia não esteja sendo conduzido adequadamente. Segundo ele, falta coerência à oposição quando critica as propostas do governo sob o argumento de que os pobres serão os maiores prejudicados.



Waldermir Boreto/Agência Senado

Proposta pretende diminuir o número de partidos existentes no país e estimular a fidelidade partidária por parte dos políticos eleitos

Aprovada em segundo turno, PEC da reforma política vai à Câmara

O PLENÁRIO APROVOU ontem, em segundo turno, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 36/2016, que acaba com as coligações partidárias nas eleições proporcionais (vereadores e deputados) e cria cláusula de barreira para a atuação dos partidos políticos, com o objetivo de diminuir o número de legendas. Foram 63 votos favoráveis e 9 contrários. A proposta segue para análise da Câmara dos Deputados.

De Ricardo Ferraço (PSDB-ES) e Aécio Neves (PSDB-MG), a proposta foi aprovada na forma do substitutivo apresentado pelo relator, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP). De acordo com o texto, as coligações partidárias nas eleições para vereador e deputado (estadual, federal e distrital) serão extintas a partir das eleições de 2020.

Hoje os partidos podem se coligar livremente. As votações das legendas coligadas são somadas e consideradas como um grupo único no momento de calcular a distribuição de cadeiras no Legislativo.

Pelo texto, as restrições previstas na cláusula de barreira serão aplicadas já em 2018. Os partidos precisam obter, no mínimo, 2% dos votos válidos para a Câmara dos Deputados, distribuídos em, pelo menos, 14 estados, com um mínimo de 2% dos votos válidos em cada um.

A partir das eleições de 2022, o percentual se elevará para 3% dos votos válidos, com um mínimo de 2% dos votos válidos em 14 estados.

Os partidos que atingirem os percentuais serão considerados com “funcionamento parlamentar” e terão acesso a Fundo Partidário, tempo de rádio e televisão e estrutura própria no Congresso.

Para Aécio Neves, a PEC 36/2016 é a mudança mais importante feita no sistema político-partidário brasileiro nesta década e permitirá que os eleitores determinem quais partidos deverão ter representação no Congresso. Ele disse que o Brasil tem 35 partidos registrados no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e outras 31 legendas estão em processo de regularização. Na avaliação dele, a diminuição do número de partidos ajudará a garantir a governabilidade.

— Ou nós avançamos ou em breve teremos 60 partidos disputando eleições no Brasil. Essa proposta não atende ao partido A ou partido B, mas à racionalização do nosso processo político. A socieda-

de a vê como absolutamente necessária e urgente — disse.

Segundo Ferraço, a cláusula de barreira (ou cláusula de desempenho) existe em mais de 40 países, alguns com barreiras de 5% dos votos válidos.

A PEC cria a figura da “federação de partidos”, que funcionará como um bloco parlamentar. No sistema de federação, os partidos permanecem juntos ao menos até o período de convenções para as eleições subsequentes, o que, para os senadores, tornaria o cenário político mais definido e conferiria mais legitimidade aos programas partidários. Ainda segundo o texto, cada federação constituída terá os mesmos direitos e atribuições regimentais dos partidos nas Casas legislativas.

Fidelidade

A PEC também trata da fidelidade partidária, prevenindo a perda de mandato dos políticos eleitos que se desliguem dos partidos pelos quais disputaram os pleitos. A punição se estende aos vices e suplentes dos titulares eleitos que decidam trocar de legenda



Aécio Neves, um dos autores da PEC: intenção é racionalizar o processo político

e deve ser aplicada a partir das eleições do ano de promulgação da emenda constitucional.

As exceções se relacionam à desfiliação em caso de mudança no programa partidário ou perseguição política.

Uma terceira ressalva é feita para políticos que se elegerem por partidos que não tenham superado a cláusula de barreira criada pela PEC. Eles terão asseguradas todas as garantias do mandato e podem mudar para outras legendas sem penalização.

Em caso de deputados e vereadores, os que fizerem essa mudança não serão contabilizados em benefício do novo partido no cálculo

de distribuição do Fundo Partidário e de tempo de rádio e televisão.

Fim de partidos

Os senadores Lindbergh Farias (PT-RJ), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Omar Aziz (PSD-AM) e Humberto Costa (PT-PE) voltaram a criticar o percentual de votos exigidos para que os partidos políticos tenham funcionamento parlamentar. Para eles, a regra é muito restritiva e poderá prejudicar partidos como PCdoB, Rede e PSOL, entre outras legendas “históricas” ou “ideológicas”, que não podem ser confundidas com “partidos de aluguel”.

Vanessa Grazziotin afirmou que o PCdoB, embora seja considerado um partido pequeno, representa uma parcela importante da sociedade brasileira.

Omar Aziz advertiu que a cláusula de barreira aprovada poderá “acabar com o PCdoB, um partido histórico, o que a ditadura não conseguiu fazer”. Ele lembrou que esse partido tem décadas de trajetória e lutou pela redemocratização mesmo atuando na clandestinidade.

Já Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE), José Medeiros (PSD-MT), Lídice da Mata (PSB-BA), José Agripino (DEM-RN), e Ronaldo Caiado (DEM-GO) discursaram a favor da aprovação da PEC. Para Fernando Bezerra, a mudança promoverá o “enxugamento do quadro partidário brasileiro e melhorará a governabilidade”. Na opinião de José Medeiros (PSD-MT), “partido sem voto é ONG”.

Lídice da Mata lembrou que a Constituição garante a livre organização partidária, ou seja, a formação de novos partidos não será proibida se a PEC for promulgada. Agripino chamou as mudanças de “instrumentos de fortalecimento das estruturas partidárias”. Caiado disse que a PEC é a mais importante mudança política das últimas duas décadas.

Lindbergh pede demissão de Geddel Vieira

O líder do bloco da Minoria, Lindbergh Farias (PT-RJ), pediu a imediata demissão do ministro da Secretaria de Governo, Geddel Vieira Lima, por prática de lobby e tráfico de influência.

Para o senador, isso fica claro diante da informação de que um primo e um sobrinho do ministro eram advogados da empresa que administra o empreendimento de luxo em Salvador, no qual Geddel tem imóvel.

Para Lindbergh, o episódio coloca em xeque também a legitimidade de Michel Temer, pois ele não demitiu o ministro.

Conselheiro tentou interferir, diz Vanessa

A saída imediata de Geddel Vieira Lima da Secretaria de Governo e a demissão de José Saraiva do Conselho de Ética da Presidência da República foram pedidas ontem por Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM). Ela informou que a oposição, depois de fazer uma representação no Ministério Público Federal contra Geddel por tentativa de tráfico de influência, agora exige também a saída de Saraiva.

O conselheiro, que confessou ser amigo do ministro, tentou interferir no âmbito do Conselho de Ética.

Fátima Bezerra critica carta de apoio a ministro

Fátima Bezerra (PT-RN) criticou integrantes da base do governo por carta de apoio ao ministro da Secretaria de Governo, Geddel Vieira Lima, acusado de tentar obter vantagens pessoais em empreendimento imobiliário em Salvador.

Para ela, em vez de blindar o ministro, eles deveriam ter pedido o afastamento dele do cargo e o aprofundamento das investigações.

— São os mesmos que, sem escrúpulos, rasgaram a Constituição e afastaram do mandato uma presidente legitimamente eleita.



Genildo Magalhães/Agência Senado



Ronque de Siv/Agência Senado



Genildo Magalhães/Agência Senado

O que muda



COLIGAÇÕES

Ficam extintas as coligações nas eleições proporcionais a partir de 2020. Coligações nas eleições para cargos majoritários (presidente, governadores, senadores e prefeitos) continuam sendo permitidas.



CLÁUSULAS DE BARREIRA

Estabelece cláusulas de barreira para os partidos políticos. Só poderão ter funcionamento parlamentar os partidos que:

1. A partir das eleições de 2018: obtiverem um mínimo de 2% dos votos válidos distribuídos em pelo menos 14 unidades da Federação, com um mínimo de 2% dos votos válidos em cada uma delas.
2. A partir das eleições de 2022: obtiverem um mínimo de 3% dos votos válidos, distribuídos em pelo menos 14 unidades da Federação, com um mínimo de 2% dos votos válidos em cada uma delas.



FUNCIONAMENTO PARLAMENTAR

Somente os partidos com funcionamento parlamentar terão direito a:

1. Participação nos recursos do Fundo Partidário
2. Acesso gratuito ao rádio e à televisão
3. Uso da estrutura funcional oferecida pelas Casas legislativas



DIREITOS DOS ELEITOS

Os eleitos por partidos que não alcançarem o funcionamento parlamentar têm assegurado o direito de participar de todos os atos inerentes ao exercício do mandato. Além disso, podem se filiar a outro partido sem risco de perda de mandato. A filiação, no entanto, não será considerada para efeitos de Fundo Partidário e acesso ao tempo de rádio e TV.



FIDELIDADE PARTIDÁRIA

Cria regras para fortalecer a fidelidade aos partidos:

1. Prefeitos e vereadores eleitos em 2016, bem como deputados, senadores, governadores e presidente da República eleitos a partir de 2018, que se desfilarem dos partidos que os elegeram, perderão o mandato, ressalvadas exceções previstas pela própria PEC.
2. Vice-prefeitos, vice-governadores e vice-presidente que se desfilarem dos partidos pelos quais concorreram não poderão suceder os titulares de chapa assumindo a titularidade definitiva do cargo.
3. Perderão a condição de suplentes de vereador, de deputado, de senador aqueles que se desfilarem dos partidos pelos quais concorreram, considerada a regra citada no item acima.



FEDERAÇÃO DE PARTIDOS

Os partidos políticos com afinidade ideológica e programática poderão se unir em federações, que terão os mesmos direitos das agremiações nas atribuições regimentais nas Casas legislativas e deverão atuar com identidade política única, resguardada a autonomia estatutária das legendas que a compõem.

Aprovado em comissão projeto que cria a Lei das Agências Reguladoras

Texto de Eunício, relatado por Simone, busca tornar mais eficientes os órgãos que fiscalizam serviços públicos prestados pela iniciativa privada

AGENDA BRASIL

A COMISSÃO ESPECIAL do Desenvolvimento Nacional (CEDN) aprovou ontem o projeto que unifica as regras de gestão, poder e controle social das agências reguladoras. Se não houver recurso para levá-lo ao Plenário, o texto seguirá para a análise da Câmara

Apresentado pelo senador Eunício Oliveira (PMDB-CE), o PLS 52/2013 teve a senadora Simone Tebet (PMDB-MS) como relatora. O projeto faz parte da Agenda Brasil — pauta proposta pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, para a retomada do crescimento.

As agências controlam a qualidade na prestação de serviços públicos pela iniciativa privada e estabelecem regras para cada setor que fiscalizam. O texto aprovado busca garantir a autonomia e

dar mais transparência para esses órgãos, além de estabelecer medidas para evitar a interferência das empresas.

Também há a previsão de ações de promoção da qualidade dos serviços das agências, do fomento à pesquisa no setor regulado e da cooperação com outros órgãos de defesa do consumidor, defesa da concorrência e meio ambiente.

O projeto estabelece cinco anos de mandato para os dirigentes das agências, vedada a recondução, e trata de exigências para o cargo de diretor. Prevê a prestação de contas anual ao Congresso por parte das agências e a efetivação dos planos estratégicos e de gestão, com metas, mecanismos e fontes de recursos.

Uma das principais mudanças introduzidas por Simone Tebet no texto original é a divisão de competências entre



Fernando Bezerra Coelho e Otto Alencar, presidente da comissão, ouvem Simone

os ministérios e as agências. De acordo com o substitutivo, os ministérios ficarão com a definição de políticas públicas e as agências, com a execução. A ideia é reforçar as competências da administração pública direta para que as agências sigam as diretrizes e os comandos formulados pelos ministérios supervisores.

— É um marco jurídico para as agências reguladoras. Não

há um só brasileiro que não seja atingido por esse projeto — afirmou a senadora.

O senador Lindbergh Farias (PT-RJ) apresentou cinco emendas, mas só uma foi acatada: a que estabelece mais detalhes sobre o conteúdo do Plano de Gestão Anual, permitindo maior planejamento por parte das agências reguladoras, e facilitando a fiscalização social de suas atividades.

Divulgada lista com 1,6 mil obras inacabadas

Uma lista preliminar com 1,6 mil projetos não concluídos em 1,5 mil municípios, a ser analisada pelos senadores, foi divulgada ontem pela Comissão Especial das Obras Inacabadas. Ela inclui infraestrutura turística, prevenção em áreas de risco, saneamento, urbanização, Unidades de Pronto Atendimento (UPAs), quadras esportivas, creches e os aeroportos de Ilhéus (BA), Londrina (PR) e Marabá (PA).

O relator, Wilder Moraes (PP-GO), apresentou o plano de trabalho do grupo, que foi aprovado. O colegiado também elegeu Hélio José (PMDB-DF) como vice-presidente.

Para o presidente da comissão, Ataídes Oliveira (PSDB-TO), o trabalho do colegiado é estratégico, sobretudo por conta da recessão que o país enfrenta. O relatório final deve ser apresentado em abril de 2017.

Relação dos projetos inconclusos <http://bit.ly/obrasinacabadas>

Atuação da Anatel e PEC do Teto de Gastos serão temas de audiências públicas

Requerimentos para quatro audiências públicas em datas a serem marcadas foram aprovados ontem pela Comissão de Infraestrutura (CI). Elas tratarão do trabalho da Anatel na regulação da telefonia móvel, da qualidade dos serviços prestados pela agência aos consumidores, da transposição do Rio São Francisco e dos impactos da PEC do Teto de Gastos no desenvolvimento do país, em especial na infraestrutura urbana.

Senadores cobram implantação do Programa da Aviação Regional

Os senadores da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) querem saber o que será feito do Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional, cuja meta é implantar 270 aeroportos no interior do país. Em audiência pública ontem, eles ouviram representantes do Tribunal de Contas da União (TCU) e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

O programa, que acabou sendo suspenso, deveria investir R\$ 7,8 bilhões na reforma, ampliação

e construção de aeroportos. Com isso, pretendia-se reduzir o preço das tarifas para o Norte e o Centro-Oeste, que chegam a custar 30% a mais que as do Sudeste.

O relator da comissão, Wellington Fagundes (PR-MT), quis saber do Banco do Brasil quanto foi investido pelo governo até agora. Mas a instituição não mandou representantes.

— Quanto se gastou em projetos e consultoria? O que foi gasto até agora é suficiente para fazer algum aeroporto? — questionou.

O TCU deu prazo para o governo dizer quando começará a implantar novos aeroportos. Depois que o Orçamento de 2017 for aprovado, o Ministério dos Transportes terá 60 dias para prestar as informações. O tribunal recomendou que populações isoladas tenham prioridades.

Já o BNDES vai abrir uma linha de financiamento para privatização de quatro grandes aeroportos. O banco estuda a possibilidade de estender as concessões a pequenos e médios terminais.

Gladson comemora recursos para infraestrutura de transporte no AC

Gladson Cameli (PP-AC) comemorou ontem a liberação de R\$ 227 milhões para restauração e manutenção da BR-364, que ligará Cruzeiro do Sul (AC) ao restante da malha viária nacional.



Segundo ele, o Ministério dos Transportes também prevê recursos para outras obras em 2017, como a revitalização do aeroporto de Rio Branco e a construção de ponte sobre o Rio Madeira.

Otto pede revitalização do São Francisco para evitar morte do rio

O senador Otto Alencar (PSD-BA) reforçou apelo ao governo federal pela revitalização do São Francisco, afirmando que o rio “caminha para a morte”.

Otto defendeu a imediata dragagem da calha e considerou um

absurdo o Brasil ter investido R\$ 8,5 bilhões na transposição das águas, sem que nada tenha sido efetivamente feito para revitalizar o São Francisco.

— Vai faltar água para a transposição do rio — alertou o senador.

Ferraço apoia marco legal para regulação dos serviços públicos

O senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) disse ontem que o projeto que trata das agências reguladoras, aprovado na Comissão Nacional de Desenvolvimento, é estratégico para o país.



Na opinião dele, a proposta dá mais autonomia às agências “para que possam, de fato, cumprir com seu papel”. Ferraço afirmou que elas sofreram “grande deformação” no governo do PT.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário: Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer
Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Diretor-adjunto: Sílvio Burle
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Site: www.senado.leg.br/noticias

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana
Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão
Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella, Ronaldo Alves e Wesley Moura
Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Comissão endurece penas para quem beber ao volante

Texto da Câmara foi alterado na Comissão de Constituição e Justiça, aumentando período mínimo de reclusão para cinco anos se for homicídio culposo

O CÓDIGO DE Trânsito Brasileiro (CTB) poderá mudar com o objetivo de endurecer a punição para quem comete crimes ao dirigir, especialmente sob efeito de álcool ou outra substância entorpecente. A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou ontem Projeto de Lei da Câmara (PLC) 144/2015, que cria o tipo penal qualificado de “lesão corporal culposa na direção de veículo automotor”.

A proposta recebeu parecer favorável do relator, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), e duas emendas de Antonio Anastasia (PSDB-MG). O texto segue para o Plenário com pedido de votação em regime de urgência.

O projeto inova ao tipificar o envolvimento de um motorista com capacidade psicomotora alterada pelo consumo de álcool ou drogas em acidente de trânsito que resulte em lesão corporal grave ou gravíssima. A pena estipulada é de dois a cinco anos de reclusão. Para Aloysio, “tal providência supre lacuna legislativa, tendo em vista que a qualificadora em questão somente existe no caso de homicídio culposo”.

Emendas

Uma das emendas de Anastasia foca justamente na pena para o motorista que praticar homicídio culposo ao dirigir e estiver alcoolizado ou sob efeito de drogas. O PLC 144/2015 propõe pena de reclusão de



Benedito conversa com o relator da proposta, Aloysio, na reunião da CCJ

quatro a oito anos. O senador sugeriu aumentar a pena mínima para cinco anos de reclusão, já que quatro anos poderiam levar ao cumprimento de parte da pena em regime aberto.

Com a outra emenda, Anastasia pretende criminalizar a conduta de quem dirigir embriagado ou com consciência alterada por uso de drogas independentemente da quantidade ingerida. Assim, qualquer concentração dessas substâncias no sangue do motorista vai sujeitá-lo à pena de um a três anos de detenção, multa e suspensão ou proibição do direito de dirigir.

Substituição de pena

O relator ressaltou a possibilidade prevista no projeto de substituir a pena privativa de liberdade pela pena restritiva de direitos nos seguintes crimes qualificados: lesão corporal culposa na direção de veículo automotor e lesão corporal de natureza grave decorrente de participação em competição automobilística não autorizada pelas autori-

dades (rachas). Essa mudança na pena só será possível, entre outras condições, quando a privação de liberdade for inferior a quatro anos.

No entanto, o relator avaliou não ser conveniente permitir o benefício para qualquer quantidade de pena aplicada, já que aí estão envolvidas condutas de extrema gravidade. Ele destacou outra medida: permitir ao juiz fixar a pena para esses crimes de trânsito levando em conta a culpabilidade do agente, as circunstâncias e as consequências do crime.

Na fase de discussão, Ronaldo Caiado (DEM-GO), Magno Malta (PR-ES) e Ana Amélia (PP-RS) se manifestaram a favor da aprovação dessas mudanças no CTB. Caiado e Malta criticaram, inclusive, posição do STF contrária à obrigatoriedade de os motoristas se submeterem ao teste do bafômetro ou a coleta de sangue quando envolvidos em acidente de trânsito. Aloysio lembrou no parecer que “a violência no trânsito é responsável pela terceira maior causa de mortes no país”.

Avança projeto que beneficia advogadas gestantes

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou ontem mudanças no Estatuto da Advocacia (Lei 8.906/1994) e no Código de Processo Civil (CPC) para estipular direitos e garantias para advogadas gestantes, lactantes e adotantes. As medidas estão reunidas em projeto de lei da Câmara (PLC 62/2016), que recebeu parecer favorável, com três emendas de redação de Simone Tebet (PMDB-MS). O projeto segue para o Plenário em regime de urgência.

As modificações no Estatuto da Advocacia estabelecem que as advogadas gestantes ou lactantes estão desobrigadas de passar por detectores de metais e aparelhos de raios X nas entradas dos tribunais, terão vagas nas garagens dos

fóruns dos tribunais, acesso a creches ou a local adequado para atendimento dos bebês e prioridade na ordem das sustentações orais e audiências diárias. A proposta deixa claro que essas garantias serão mantidas durante todo o período de gestação e amamentação.

Já o CPC será alterado para suspender os prazos processuais por 30 dias para as advogadas que derem à luz ou adotarem uma criança, desde que haja notificação por escrito ao cliente e elas sejam as únicas advogadas a responderem pela causa. O benefício alcança os advogados que se tornarem pais, só que com prazo mais curto. Antonio Anastasia (PSDB-MG) e Hélio José (PMDB-DF) elogiaram a aprovação do projeto.

Simone pede que o Plenário aprove benefícios às advogadas

A senadora Simone Tebet (PMDB-MS) pediu que o Plenário do Senado aprove os benefícios para as advogadas gestantes, lactantes e adotantes, previstos no Projeto de Lei da Câmara (PLC) 62/2016.

Entre as vantagens, a senadora avaliou que o projeto de lei beneficia os clientes porque, com a suspensão, o processo deixa de ser transferido a outros advogados, que nem sempre têm tempo suficiente para se inteirar da ação judicial.

Saúde deverá receber 70% dos recursos dos acordos de leniência

Projeto que destina 70% dos valores arrecadados nos acordos de leniência para o Fundo Nacional de Saúde foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). A matéria segue para a Comissão de Constituição e Justiça, onde poderá ter decisão final.

Pela atual legislação, os recursos recuperados são devolvidos aos órgãos públicos lesados, como a Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil, a Petrobras e os fundos de pensão (Previ, Funcef, Postalís). Pelo projeto aprovado, eles passam a receber apenas 30%, já que o restante será direcionado para a saúde.

De autoria de Eduardo Amorim (PSC-SE), o projeto (PLS 291/2016) estabelece que os recursos arrecadados dessa forma não serão contabilizados para efeito de atender a exigência constitucional de recursos mínimos para a saúde, que, no que diz

respeito à União, é de 15%.

O senador argumenta que o financiamento do Sistema Único da Saúde (SUS) permanece como “um fator limitante para que as ações e serviços ofertados no sistema público de saúde sejam plenamente efetivos”. Amorim reconhece o esforço que tem sido feito por meio de iniciativas legais, mas aponta a dificuldade para o cumprimento pelo SUS da universalidade de acesso aos serviços e da integralidade da assistência.

O relator, Sérgio Petecão (PSD-AC), destacou a importância da iniciativa, “face às atuais dificuldades que o SUS enfrenta para assegurar atendimento gratuito e de qualidade a população”.

Os acordos de leniência são celebrados entre União e pessoas físicas ou jurídicas que cometeram infração contra a ordem econômica. O infrator pode reduzir a pena se colaborar nas investigações ou no processo administrativo.

Libras e legendas podem ser obrigatórias em propaganda eleitoral

A propaganda eleitoral e partidária transmitida pelas emissoras de TV deverá incluir os recursos da linguagem brasileira de sinais (Libras) e as legendas ao mesmo tempo, de acordo com o PLS 272/2014 aprovado ontem pela Comissão de Direitos Humanos (CDH). A regra atual permite o uso de um ou de outro. A proposta, com parecer favorável de Paulo Paim (PT-RS), obriga o uso de Libras na transmissão dos debates entre candidatos.

Pelo texto, que segue para

decisão final na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), o descumprimento das exigências impedirá a veiculação das peças de propaganda e dos debates. O autor da proposta, o ex-senador Ruben Figueiró, considera necessário aperfeiçoar a legislação porque o acesso à informação política é requisito indispensável ao exercício da cidadania.

A CDH ainda aprovou sete requerimentos para audiências, uma delas para discutir o racismo na quarta-feira.

Ana Amélia comemora lei que garante exame de mama a paraplégica

Ana Amélia (PP-RS) informou ontem que o projeto que garante o acesso de mulheres com deficiência (paraplégicas e tetraplégicas) a mamógrafos adaptados foi sancionado sem vetos. Autora da iniciativa, ela disse que recebeu a notícia do próprio presidente Temer. A senadora lembrou que o câncer de mama é o mais frequente entre as mulheres e as com deficiência encontram dificuldades para fazer a mamografia, o exame mais eficiente para detectar a doença. Ela acrescentou que o Inca estima 57.960 novos casos em 2016.



Gerardo Magela/Agência Senado

Ataídes atribui ao governo Dilma cortes nos programas sociais

Ataídes Oliveira (PSDB-TO) garantiu que o governo Temer não está acabando com os programas sociais, conforme afirmam os parlamentares do PT. O senador disse que os cortes começaram na gestão Dilma, com redução de 66% no Brasil Carinhoso e de 88% nas obras de construção de creches.

— Quem acabou com os programas foi o PT. E digo mais: usaram esses programas para se manter no poder.

Ele comentou a última pesquisa do IBGE, que revelou 22,9 milhões sem trabalho formal.



Gerardo Magela/Agência Senado



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Com abordagens distintas, voto em separado de Romário e documento apresentado por Jucá foram para vista coletiva

CPI do Futebol tem duas propostas de relatório final

Texto do relator, Romero Jucá, está pronto desde abril. Voto em separado de Romário e Randolfe Rodrigues propõe indiciamento de dirigentes antigos e atuais da Confederação Brasileira de Futebol

O PRESIDENTE DA Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Futebol, Romário (PSB-RJ), concedeu ontem vista coletiva para duas propostas de relatório final que foram apresentadas ao colegiado.

O primeiro, elaborado pelo relator, Romero Jucá (PMDB-RR), estava pronto desde abril.

Romário disse ver “pontos positivos” nesse trabalho, porém tomou a iniciativa, junto com Randolfe Rodrigues (Rede-AP), de apresentar um voto em separado devido ao fato de a peça apresentada por Jucá não prever nenhuma sugestão de indiciamento.

Ele reiterou que, caso seu relatório seja aprovado, toda a documentação sigilosa do colegiado será enviada à Polícia Federal, ao Ministério Público e à Receita Federal, entre outras entidades.

— Os expressivos volumes de recursos movimentados pelo esporte parecem ser um atrativo irresistível para toda sorte de interesses — disse Jucá durante a reunião,

informando que o relatório dele prevê o envio aos órgãos de controle de documentos com operações envolvendo os nomes do presidente da CBF, Marco Polo Del Nero, e de ex-presidentes, como Ricardo Teixeira e José Maria Marin.

Romário divergiu especialmente da forma usada por Jucá em seu texto para tratar das ilicitudes: “Eventuais medidas coercitivas e de repressão a atos ilícitos talvez se façam necessárias”, escreveu o relator.

— No nosso relatório não existe a palavra “talvez”. Após um ano e meio, possuímos documentação cabal para dizermos quem deve ser banido do futebol — disse o senador.

O voto em separado sugere os indiciamentos de Del Nero, Marin e Teixeira, além do deputado federal Marcus Vicente (PP-ES), vice-presidente da CBF; de Gustavo Feijó, também vice-presidente; do diretor jurídico Carlos Eugênio Lopes; e do ex-diretor financeiro Antonio Osorio Ribeiro. Também estão na

lista os empresários J. Hawilla e Kleber Leite.

Randolfe reclamou que a CPI foi “obstaculizada” pelo lobby da CBF dentro do Congresso. O resultado é que, desde abril, as quebras de sigilo e as convocações tornaram-se impossíveis após o acatamento de uma questão de ordem apresentada por membros do colegiado.

— O futebol no Brasil é administrado por uma gangue, há corrupção em tudo.

Romário deixou claro que o envio do documento à Fifa tem como objetivo o “banimento” de todos os nomes citados no relatório, a exemplo do que a nova direção da entidade já começou a fazer em relação a diversos ex-cartolas.

Jucá defendeu seu relatório das críticas dos dois colegas. Ele citou como exemplo de independência e rigor a proposta que apresentou que proíbe parentes de dirigentes de fazerem negócios com as entidades, prática comum, mas considerada uma porta aberta para a corrupção.

Regulamentação para protesistas vai a Plenário

O projeto de lei da Câmara (PLC) 121/2015, que regulamenta a profissão de protesista/ortopedista, foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Conforme a proposta, que vai a Plenário, o profissional que confecciona órteses e próteses poderá instruir quanto aos cuidados de higiene, manutenção e uso correto de equipamentos.

O projeto permite que o profissional seja técnico de nível médio. Podem ainda exercer a profissão aqueles com mais de cinco anos de atividade, desde que demonstrada a participação em cursos de formação ou atualização na área no mesmo período.

Renan busca consenso sobre terceirização

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu Paulo Paim (PT-RS) e representantes de centrais sindicais ontem. Eles pediram que Renan interceda junto ao presidente da Câmara, Rodrigo Maia, para que não seja votado o Projeto de Lei 4.302/1998, que prevê a regulamentação do trabalho terceirizado no setor privado.

Outro projeto em tramitação no Senado é o PLC 30/2015, que permite a terceirização das atividades-fim das empresas privadas. Paim é contra esse projeto e lembrou que o STF decidirá em breve sobre a terceirização da atividade-fim.

— Temos que criar um relatório consensual — disse Renan.

(Com a Assessoria de Imprensa da Presidência)

Relatório garante segurança jurídica, diz Paulo Paim

O senador Paulo Paim (PT-RS) anunciou que vai apresentar o relatório sobre o projeto que regulamenta a terceirização de mão de obra na quarta-feira.

Ele lembrou que há quase 14 milhões de pessoas contratadas nesse tipo de relação trabalhista. O senador afirmou que o relatório não prevê a possibilidade de terceirização de mão de obra nas atividades-fim.

— É exatamente isso que o meu relatório apresenta. Garantindo o que a gente chama de uma segurança jurídica para empregado e empregador.



Genivaldo Albuquerque/Agência Senado

Avança medida que autoriza importação de cédulas e moedas

Foi aprovada ontem por comissão mista a medida provisória que trata da importação de cédulas e moedas de real pelo Banco Central. O texto foi aprovado com mudanças sugeridas pelo relator, deputado Leonardo Quintão (PMDB-MG). O projeto de lei de conversão resultante da MP ainda terá que ser votado pela Câmara e pelo Senado.

A MP 745/2016 autorizou o Banco Central a comprar sem licitação papel-moeda e moeda metálica fora do país, por fornecedor estrangeiro. A condição para isso é de que haja situação de emergência. De acordo com o texto, essa situação fica caracterizada quando houver inviabilidade ou fundada incerteza quanto ao atendimento da demanda pela Casa da Moeda.

Segundo o banco, há incerteza quanto ao atendimento de 27% do Programa Anual de Produção de Cédulas de 2016. Em anos anteriores, a Casa da Moeda não atendeu à demanda.

Para o relator, é preciso ter

alternativas para garantir a confecção da moeda.

A primeira sugestão dele busca esclarecer melhor o conceito de inviabilidade ou incerteza no atendimento. O texto proposto por Quintão prevê que essa situação é caracterizada quando houver atraso acumulado de 15% das quantidades contratadas em outras hipóteses de descumprimento de cláusula contratual devidamente justificadas que tornem inviável o atendimento da demanda.

A outra regra proposta pelo relator é que o Banco Central envie à Casa da Moeda, até 31 de julho de cada ano, um plano anual de produção. Esse plano deve trazer a informação sobre as demandas de papel moeda e de moeda metálica para o exercício financeiro seguinte. A mudança veio após críticos da medida afirmarem que muitas vezes não há tempo hábil para atender aos pedidos do banco, que pede a moeda sem a antecedência necessária.

Chaves promete mudanças na MP que reforma ensino médio

Educadores e representantes de conselhos de Educação divergiram ontem quanto ao aumento da carga horária e às mudanças no currículo durante a segunda audiência da comissão mista que analisa a MP 746/2016, que faz alterações no ensino médio.

Para o presidente do Conselho Nacional de Educação, Eduardo Deschamps, o problema da educação no Brasil começa no ensino fundamental. Ele disse que a MP supre a necessidade de mudanças estruturais na educação para conseguir alcançar resultados, especialmente no ensino médio.

— Não é possível que o mundo trabalhe com estruturas diferenciadas no ensino médio, e o Brasil continua insistindo num modelo único para todos. De fato, o ensino médio brasileiro aponta a necessidade de uma revisão, de uma reformulação.

O professor Moaci Alves Carneiro criticou a MP, especialmente o trecho que permite contratar professores sem diploma específico, mas com “notório saber”.

— Agora, vem a nós a ameaça de bipartir o ensino, são dois currículos, dois tempos, dois processos de avaliação, duas formações.

Pedro Chaves (PSC-MS), informou que o relatório deve inserir mudanças em relação à carga horária e à exclusão de disciplinas como artes e educação física da grade obrigatória. Segundo ele, as mudanças atendem a parlamentares que se posicionaram contra o texto.

De acordo com o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), o ensino médio teve o pior resultado se comparado às séries iniciais e finais do ensino fundamental. A meta para 2015 era de 4,3, mas o índice foi de 3,7.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Pedro Chaves conversa com o presidente da comissão, deputado Izalci Lucas